



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
Comissão Estadual de Controle Ambiental
Instituto Estadual do Ambiente

ATA SUCINTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA EMPRESA DTA
ENGENHARIA LTDA., MUNICÍPIO DE SAQUAREMA – 25/02/2015

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, foi realizada a Audiência Pública do processo de licenciamento ambiental nº E-07/503.139/2012, referente à implantação de um Terminal Portuário de granéis líquidos e estaleiros para construção e reparos navais, localizado no Município de Maricá. A Audiência foi realizada no Saquarema Futebol Clube, situado à Rua Barão de Saquarema nº 612, Centro, Município de Saquarema. Iniciou-se às 19h05min e teve a seguinte composição das mesas: 1) Mesa Diretora: Mauricio Couto Cesar Junior – Presidente, Iam Lindesay – Secretário, Luiz Heckmaier – Coordenador do Grupo de Trabalho do INEA, e o Sr. Alexandre Augusto Esteves – Procurador Geral do Município de Saquarema; 2) Mesa dos Empreendedores: Mauro Scazufca, representando a DTA Engenharia Ltda., e Gilberto Hulle, representando a Arcadis Logos S/A., que fez o Estudo de Impacto Ambiental. Em seguida, foi registrada a presença do Sr. Romacart Azeredo, Presidente da Câmara Municipal de Saquarema, Wellington Magalhães Matos, Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca e do Sr. Luiz Lopes, Vice-Presidente da associação de Moradores e Amigos de Jaconé. Após as saudações iniciais e os esclarecimentos em relação à dinâmica da realização de Audiências Públicas, o Sr. Presidente informou que todas as manifestações serão incorporadas ao processo e que estas poderão ser entregues nos endereços constantes no verso dos folhetos distribuídos ou encaminhadas via e-mail no prazo de 10 dias à CECA ou ao INEA. Quanto à pergunta em relação à presença de algum representante do Ministério Público Estadual ou Federal, foi apresentada, ao presidente, uma carta indicando o Sr. Davi Moura Neves, representando o Procurador da República Dr. Leandro Botelho Antunes. Em seguida, foi executado o Hino Nacional. Iniciando a fase das apresentações, o Analista Ambiental do INEA Sr. Luiz Heckmaier, explicou os procedimentos do licenciamento ambiental e mostrou o histórico do processo administrativo, esclarecendo que a Audiência Pública não possui caráter decisório. Posteriormente, foi exibido um vídeo do Diretor Presidente da DTA, o Sr. João Acácio Gomes, no qual ele explicou a empresa e destacou que a mesma atua em 4 áreas distintas. Justificou que a instalação do projeto é decorrente da crescente demanda portuária com avanço da operação do pré-sal e que foram estudadas diversas áreas para sua implantação, na qual Ponta Negra mostrou ser o melhor local. Discorreu, ressaltando que a profundidade do mar ali existente é adequada à operação de grandes embarcações, sem a necessidade de dragagens de manutenção. Continuou, falando que está prevista a geração de 4.000 (quatro mil) empregos diretos, além de melhores oportunidades de negócios e renda para a população. Concluiu, dizendo o empreendimento trará poucos impactos ambientais. Continuando a apresentação dos empreendedores, o Sr. Mauro mostrou imagens atuais do terreno como ele ficará depois da implantação do projeto, contemplando suas devidas instalações e fazendo um comparativo da área. Informou que o objetivo do TPN é dar suporte à uma parcela relevante da produção brasileira de petróleo e derivados, bem como a movimentação de carga em geral, aumentando a competitividade portuária e a qualidade desses serviços, com a consequente redução dos custos logísticos. Evidenciou as características marítimas locais e a área total da empresa, salientando que, desta, será utilizado somente



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente
Comissão Estadual de Controle Ambiental
Instituto Estadual do Ambiente

46 30%. Em seguida, o Sr. Gilberto apresentou o RIMA, mostrando as alternativas
47 locacionais para instalação do empreendimento, dentre elas São Francisco de
48 Itabapoana, que faz divisa com o Espírito Santo, Campos dos Goytacazes e Maricá,
49 decidindo pela última pela adequada profundidade natural junto à costa, existência de
50 retroárea já impactada, pelo baixo aporte de sedimentos, estar localizada em frente às
51 maiores jazidas de pré-sal, condições favoráveis de acessos rodoviários e ferroviários, a
52 presença do gasoduto Rota 3, entre outros. Apresentou o diagnóstico ambiental dos
53 meios físico, biótico e socioeconômico das áreas de influência direta e indireta do
54 empreendimento. A primeira compreende a Área Diretamente Afetada, entendida como o
55 local sujeito aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento,
56 considerando todo o município de Maricá. Já a segunda, a Área Indiretamente Afetada,
57 ficou compreendida pelos municípios de Maricá e Saquarema. Falou sobre a análise dos
58 impactos ambientais, relacionando os decorrentes da implantação do projeto e as
59 medidas mitigadoras de controle, com seu efeito e significância. Apresentou os Planos e
60 Projetos Ambientais e concluiu pela viabilidade ambiental do empreendimento. Em
61 seguida, houve um intervalo de 15 (quinze) minutos, durante o qual foi servido um lanche.
62 A Mesa Diretora recebeu 42 (quarenta e duas) perguntas escritas, direcionadas para os
63 componentes das mesas, as quais foram respondidas a contento, além de 13 (treze)
64 inscrições para o uso da palavra. Dando início à fase de debates, o Sr. Presidente passou
65 a palavra ao Secretário de Economia Solidária de Maricá, o Sr. Miguel Moura, que falou
66 sobre sua experiência na indústria naval e frisou a importância da expansão da atividade
67 portuária para o desenvolvimento econômico local. Concluiu, dizendo que não se faz
68 política de geração de emprego e renda sem indústria. Um dos assuntos mais falados foi
69 o provável desaparecimento dos cetáceos, principalmente dos golfinhos, devido à rota
70 dos navios coincidirem com a área de migração, e dos barulhos gerados na construção do
71 TPN. Alguns dos presentes consideraram a divulgação da Audiência Pública falha,
72 relacionada ao tamanho do empreendimento com a quantidade de faixas informando
73 sobre sua realização. Ao final desta fase, foi dada a palavra ao Procurador Geral do
74 Município de Saquarema, o Sr. Alexandre, que disse o município ainda conversará com a
75 empresa para melhores entendimentos acerca dos impactos provenientes da instalação
76 do empreendimento e suas medidas mitigadoras. Em seguida, o Presidente lembrou que
77 quaisquer contribuições referentes à Audiência Pública poderão ser encaminhadas, no
78 prazo de 10 (dez) dias, ao INEA ou à CECA, conforme consta no folheto distribuído aos
79 presentes. Por fim, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão
80 às 00h40min. Nada mais tendo a informar, encerrei a presente Ata.

81
82 Em 06/03/2015

83
84
85
86

Mauricio Couto Cesar Junior
87 Presidente da Mesa

83
84
85
86

Iam Lindesay
87 Secretária da Mesa